2 — A presente exoneração foi a pedido da própria e produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2006.

17 de Março de 2006. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*.

Despacho n.º 7992/2006 (2.ª série). — A Rede Nacional de Áreas Protegidas, instituída pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, é constituída por áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses e a representatividade dos valores que procuram salvaguardar. Após a publicação do referido diploma, os órgãos das áreas protegidas de interesse nacional classificadas com as categorias de parque nacional, reserva natural e parque natural passaram a ser a comissão directiva e o conselho consultivo, os quais exercem, respectivamente, as competências definidas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

Nos termos do artigo 17.º do citado decreto-lei, a comissão directiva é o órgão executivo da área protegida e é composta por um presidente e dois vogais, sendo o mandato dos seus titulares de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

O regime de nomeação dos titulares deste órgão executivo, também previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, foi recentemente alterado pela publicação do Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de Julho, que unificou o regime aplicável à nomeação dos dirigentes dos serviços centrais e locais do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), incluindo-se nestes últimos as áreas protegidas de âmbito nacional, mediante a sujeição do recrutamento, selecção e provimento do presidente da comissão directiva ao regime definido na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. Por outro lado, este decreto-lei veio ainda dispor sobre o modo de nomeação dos dois vogais da comissão directiva, sendo um indicado pelo ICN, designadamente em regime de destacamento ou requisição, e o outro pelas câmaras municipais com jurisdição na área, sendo ambos nomeados, sem sujeição a parecer prévio vinculativo dos citados órgãos autárquicos, pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Nesta conformidade e atentas as propostas de nomeação de vogais apresentadas pelo ICN e por diversas câmaras municipais, ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de Julho, nomeio, pelo prazo de três anos, os vogais das seguintes comissões directivas de áreas protegidas de âmbito nacional:

a) Parque Natural da Arrábida:

Vogal indicado pelo ICN — Maria de Lurdes Serpa Carvalho, vice-presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — José Charneira, vereador da Câmara Municipal de Palmela;

b) Parque Natural de Montesinho:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais, em sistema rotativo anual:

Por um ano a contar da data da publicação do presente despacho — Jorge Nunes, presidente da Câmara Municipal de Bragança;

No ano subsequente — Américo Jaime Afonso Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vinhais;

No último ano — Jorge Nunes, presidente da Câmara Municipal de Bragança;

c) Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina:

Vogal indicado pelo ICN — Maria de Lurdes Serpa Carvalho, vice-presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — Manuel José de Jesus Marreiros, presidente da Câmara Municipal de Aljezur;

d) Parque Natural da Serra de São Mamede:

Vogal indicado pelo ICN — António João Silva Herdeiro, técnico superior do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — Victor Manuel Martins Frutuoso, presidente da Câmara Municipal de Marvão;

e) Parque Natural de Vale do Guadiana:

Vogal indicado pelo ICN — João C. Rosmaninho de Menezes, presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — Jorge Pulido Valente, presidente da Câmara Municipal de Mértola;

f) Parque Natural do Douro Internacional:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — José Manuel Caldeira Santos, presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta;

g) Parque Natural do Tejo Internacional:

Vogal indicado pelo ICN — Eduardo Manuel Osório Dias Gonçalves, técnico superior do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — Raquel Barbosa Baptista Lopes;

h) Parque Natural do Litoral Norte:

Vogal indicado pelo ICN — Maria do Carmo Branco Miranda, técnica superior do ICN;

Vogal indicado pela Câmara Municipal — Jorge Alves Cardoso, vice-presidente da Câmara Municipal de Esposende;

i) Parque Natural de Sintra-Cascais:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais:

Vogal efectivo — Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara, presidente da Câmara Municipal de Sintra;

Em substituição — Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais;

j) Parque Natural da Serra da Estrela:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais, em sistema rotativo anual:

Por um ano a contar da data da publicação do presente despacho José Manuel Custódia Biscaia, presidente da Câmara Municipal de Manteigas;

No ano subsequente — Carlos Alberto Pinto, presidente da Câmara Municipal da Covilhã;

No último ano — José Francisco Gomes Monteiro, presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira;

l) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto:

Vogal indicado pelo ICN — Paulo Alexandre Carvalho Viana, técnico superior do ICN;

Vogal indicado pela Câmara Municipal — Luís Miguel Capão Filipe, vereador da Câmara Municipal de Aveiro;

m) Reserva Natural da Serra da Malcata:

Vogal indicado pelo ICN — Paulo José da Luz Carmo, técnico superior do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais:

Vogal efectivo — Domingos Torrão, presidente da Câmara Municipal de Penamacor;

Em substituição — Manuel Rito Alves, presidente da Câmara Municipal de Sabugal;

n) Reserva Natural do Paul do Boquilobo:

Vogal indicado pelo ICN — António João Silva Herdeiro, técnico superior do ICN;

Vogal indicado pela Câmara Municipal — Pedro Lobo Antunes, vereador da Câmara Municipal de Torres Novas;

o) Reserva Natural das Berlengas:

Vogal indicado pelo ICN — Maria de Lurdes Antunes Morais, técnica superior do ICN;

Vogal indicado pela Câmara Municipal — António José Ferreira Sousa Correia Santos, presidente da Câmara Municipal de Peniche;

p) Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha:

Vogal indicado pelo ICN — Maria João Cabral Pereira Correia Monteiro Cabral, técnica superior do ICN;

Vogal indicado pelas câmaras municipais — Joaquim Augusto Machado Pinheiro, técnico da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

22 de Março de 2006. — Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente.